

# O CONCEITO DE REGIÃO E A GEOGRAFIA

*Rogério Leandro Lima da Silveira<sup>1</sup>*

## Resumo

Este artigo analisa o conceito geográfico de região, a partir do debate epistemológico existente no âmbito mais geral da história moderna das ciências. Nele, refletimos sobre as causas da ambigüidade e da polissemia presentes na construção desse conceito, bem como analisamos as origens epistemológicas de algumas das distintas abordagens geográficas de região.

Palavras-Chave: Região, Geografia, Epistemologia da Geografia.

## Abstract

This article analyzes the geographic concept of a region from the epistemological debate within the broad range of modern science history. In this article, we reflect about the causes of ambiguity and very senses present in the construction of this concept. We also analyze the epistemological origins of some distinct geographic approaches of regions.

Keywords: Region, Geography, Geography epistemology.

---

<sup>1</sup> Geógrafo. Mestre e Doutorando em Geografia Humana pela UFSC. Professor do Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

## INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o papel dos conceitos na pesquisa geográfica à luz dos debates sobre a produção do conhecimento, nos parece fundamental e necessária ao desenvolvimento da Geografia como ciência. Mesmo porque, esse movimento é histórico e jamais cessa. Nele, os conceitos mantêm sua importância vital à comunicação e à interpretação do conhecimento geográfico e, através dos seus significados, revelam os diferentes momentos da própria evolução do pensamento geográfico.

Por sua vez, o processo em curso de globalização da economia tem reafirmado a importância da dimensão espacial, especialmente em relação à diferenciação concreta existente entre os distintos espaços geográficos. Na verdade, os diferentes espaços do mundo, em suas distintas escalas geográficas, constituem suporte e condição para as relações globais. É neles que a globalização se expressa concretamente e assume especificidades.

Nesse contexto, a escala regional vê renovada sua importância e atualidade na análise geográfica da complexa realidade em que vivemos. Uma vez que ela, como escala intermediária de análise, como mediação entre o singular e o universal, pode permitir revelar o conteúdo, a dinâmica e a configuração da espacialidade particular dos processos sociais globais.

Assim, a reflexão sobre a formação do conceito de região nos parece oportuna, uma vez que além de significar um dos conceitos estruturantes da Geografia, ele também tem sido recorrentemente evocado no âmbito dos processos contemporâneos de globalização econômica e de fragmentação espacial.

Para tanto, estruturamos esse trabalho em três momentos. Inicialmente, analisamos o significado e o papel dos conceitos para a produção do conhecimento. Em um segundo momento, discutimos a polissemia e a ambigüidade presentes na noção de região, bem como a sua dificuldade em constituir-se como um conceito científico. Por fim, abordamos, sucintamente, os reflexos e as influências dos debates epistemológicos quanto à produção do conhecimento científico na Geografia, em relação ao processo de construção do conceito de região.

## SOBRE OS CONCEITOS

Entendemos que o papel que os conceitos possuem no processo de produção do conhecimento é de grande relevância, em especial quanto ao desenvolvimento do conhecimento científico. Para nós, *a priori*, os conceitos são elementos indispensáveis ao desenvolvimento da pesquisa, na medida em que nos auxiliam a organizar e a interpretar a realidade, apontando as características distintas e essenciais dos fenômenos, bem como permitindo melhor comunicar os seus significados de maneira racional e objetiva. É a

partir deles, enquanto marcos fundamentais da ciência, que o desenvolvimento teórico pode avançar, e que a teoria pode adquirir uma maior aplicabilidade.

A despeito dessa nossa primeira impressão e diante da importância do tema, talvez devêssemos ainda nos perguntar: o que é propriamente um conceito?

Segundo Abagnano (1982, p.151), “o *Conceito* é em geral, todo o processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis.”

Todavia, se buscássemos identificar como historicamente foi tratado o problema da natureza do Conceito, encontraríamos segundo Abagnano (1982, p.152-153), duas soluções:

a) uma primeira, engendrada durante o período clássico da filosofia grega através das contribuições de Sócrates, Platão e Aristóteles, é identificada com a essência mesma das coisas. Nela: “o Conceito é a essência das coisas e, precisamente, a sua essência *necessária*, pela qual não podem existir de modo diferente daquilo que são”.

b) uma segunda, a partir das contribuições dos Estóicos e de Ockham, entende “o Conceito como um signo do objeto (qualquer que seja) e se acha em relação de significação com ele”.

Assim, para Abagnano (1982, p.151), o Conceito aparece na filosofia grega “como o termo conclusivo de uma procura, que prescinde, na medida do possível, da multiplicidade das aparências, para mirar aquilo que o objetivo é “realmente”, isto é, a sua “substância” ou “essência”. Para ele, essa procura é identificada pelos Gregos como atributo dos homens, da sua capacidade de raciocínio, ou seja essa tarefa é própria da razão, daí que para os Gregos tanto Razão como Conceito são designados com um mesmo termo: *logos*.

Nesse sentido, Abagnano (1985, p.152) destaca ainda que para Aristóteles: “O Conceito é o que circunscreve ou define a substância ou a essência necessária de uma coisa. (...) O Conceito é idêntico à substância, que é a estrutura necessária do ser, aquilo pelo qual todo o ser não pode ser diferente do que é”.

A origem dessa definição, nos parece, encontra-se nos diálogos platônicos. Nesse sentido, merece destaque a contribuição de Platão, no Crátilo, quando Sócrates, Hermógenes e Crátilo, ao refletirem sobre a questão da justeza dos nomes, analisam a concepção da palavra, como unidade elementar e real, que derivou do pressuposto da identidade entre linguagem e realidade, inerente ao pensamento antigo. Para Sócrates: “É possível dizer por meio da palavra o que é e o que não é. [385 e] (...) O nome por conseguinte, é instrumento para informar a respeito das coisas e para separá-las. (...) A correta aplicação dos nomes (...) consiste em mostrar como é constituída a coisa. [428e]. (PLATÃO, 1973, p.121 e 177).

Abagnano (1985, p.153) mostra-nos ainda que essa primeira noção de Conceito não sofre alterações importantes durante o período da filosofia moderna. Assim, o autor destaca o pensamento de Kant, que de certa forma reitera a posição clássica grega. Segundo ele, para Kant: “o Conceito não é toda a realidade e não é criador de realidade mesma: constitui a ordem necessária, pela qual a realidade se revele à indagação científica como

submetida a leis imutáveis. Mas, justamente por isso constitui a estrutura óssea, ou a ossatura necessária, da realidade empírica, isto é, da única realidade que o homem pode indagar e conhecer”.

A esse propósito, Kant (1983, p.68), afirma que:

Além da intuição não há, contudo, nenhum outro modo de conhecer senão por conceitos. Portanto, o conhecimento de cada entendimento, pelo menos do humano, é um conhecimento mediante conceitos, não intuitivo, mas discursivo. Todas as intuições enquanto sensíveis repousam sobre afecções e os conceitos, por sua vez, sobre funções. Por função entendo a unidade da ação de ordenar diversas representações sob uma representação comum.

Nesse aspecto, merece destaque a preocupação de Kant, em chamar nossa atenção quanto a importância dos conceitos e das categorias no sentido de permitir ao sujeito cognoscente apreender o real a partir do material que lhe é oferecido pelos sentidos.

Por sua vez, em relação a segunda via de interpretação quanto a natureza dos conceitos, Abagnano (1982) destaca a contribuição de Frege, que definia o Conceito como “o significado de um predicado”. Para Abagnano (1982, p. 155), Frege “definia o próprio significado como o objeto designado pelo signo, distinguindo o significado do *sentido* que denota “o modo pelo qual o objeto nos é dado”. Para o autor, Quine mostrou-nos exatamente o ponto crítico da transformação da noção de Conceito quando afirmou que “o significado é o que a essência se torna quando se divorciou do objeto de referência e se casou com a palavra”.

Quanto à função dos conceitos, segundo Abagnano (1982, p.155), podemos concebê-la como final ou como instrumental.

Para ele, a finalidade atribuída a determinado Conceito seria a interpretação deste como essência, uma vez que através dessa interpretação o Conceito não teria outra função “senão a de exprimir ou revelar a substância das coisas.” Ou seja, nessa perspectiva a função identifica-se com a própria natureza do conceito.

Já em relação a instrumentalidade dos conceitos, vamos encontrá-la no desenvolvimento da teoria simbólica do conceito. Essa função nos é informada, segundo Abagnano (1982, p.155), através de alguns aspectos principais:

1 A primeira função atribuída ao Conceito é a de *descrever* os objetos da experiência para permitir o seu reconhecimento; (...) 2 A segunda função atribuída ao Conceito é a *econômica*. A essa função vincula-se o caráter *classificador* do próprio conceito; (...) 3 A terceira função do Conceito é a de *organizar* os dados da experiência de modo que se estabeleçam entre eles conexões de natureza lógica; (...) 4 A quarta função do Conceito, considerada fundamental nas ciências físicas, é a *previsão*.

Por fim, uma última consideração em relação ao processo de formulação dos

conceitos. Entendemos, como Breitbach (1988) que, mesmo em caráter não definitivo, a formulação dos conceitos somente é possível uma vez que a essência dos fenômenos se dê a conhecer. Todavia, vimos antes que o conceito não é o objeto em si. Na verdade, deste em muito se difere. O conceito é uma abstração, fruto do pensamento.

Nesse sentido, lembramos a contribuição de Lefebvre (1979, p.223) para quem o conceito:

É alcançado a partir do imediato, da impressão sensível e do conteúdo. Por um lado, a abstração abandona uma parte do conteúdo, reduzindo-o (pela análise) a um aspecto, a um elemento. Mas, por outro lado, o pensamento que eleva do imediato ao conceito não se afasta do real, mas dele se aproxima. O conceito é um pensamento, para formá-lo é preciso superar o imediato, a aparência, e descobrir já a unidade essencial dos fenômenos, sua conexão, que não “aparece” imediatamente.

Mas devemos ter presente também que o conceito não é só pensamento, na medida em que se assim fosse, sua formulação se revestiria de intensa subjetividade, o que poderia prejudicar a plena produção do conhecimento. Assim, não devemos esquecer que o conceito está conectado originalmente a uma manifestação fenomênica advinda da realidade, e que o ato do pensamento busca expressar a essência justamente dessa realidade, concreta e objetiva. Nesse sentido, afirmamos com Lefebvre (1979, p. 225) que: “a formação de um conceito significa que se penetrou além do sensível imediato, da aparência, do fenômeno, num grau superior de objetividade”.

Nesse aspecto, devemos ter presente que os conceitos não são simplesmente descobertos, mas acima de tudo, historicamente, construídos e reconstruídos.

## O “CONCEITO” DE REGIÃO

Ao analisarmos a história do pensamento geográfico, podemos verificar que a idéia de região, mesmo antes dessa disciplina adquirir o seu estatuto científico, no final do século XIX, sempre foi pertinente e fundamental para a Geografia. Verificamos também que durante todo esse período, e ainda hoje, a polissemia e ambigüidade informados pela palavra região, bem como os distintos usos que ela faculta, em certa medida, impõem dificuldades para que a mesma adquira plenamente o caráter de conceito científico, nos termos como vimos anteriormente. Ou seja, a região, segundo Brunet et al (1993, p.421), é “uma das palavras das mais difundidas, das mais vagas e das mais polisêmicas da Geografia.”

Mas qual a origem desse termo e quais são as razões de sua polissemia e ambigüidade?

Etimologicamente, a palavra região deriva do latim *regere*, onde o radical *reg* significa dominar ou reger (PAULET, 1998).

Originalmente sua enunciação, segundo Gomes (1995, p.51), vincula-se à necessidade surgida durante o Império Romano em se referenciar a “relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial”. Esse mesmo sentido e preocupação são retomados, no século XVIII, quando o surgimento dos Estados modernos europeus, reformula o problema das unidades regionais: “ou seja, a questão da relação entre a centralização, a uniformização administrativa e a diversidade espacial, diversidade física, cultural, econômica e política, sobre a qual este poder centralizado deve ser exercido” (GOMES, 1995, p.52).

Nesse aspecto, em um primeiro sentido quanto ao seu uso, a região pode ser identificada como unidade de gestão, de controle político e administrativo ou de planejamento de determinada parcela do território, por meio de determinada divisão regional. Contemporaneamente, essa prática não é mais exclusividade dos Estados, e também tem sido experimentada pelas grandes corporações econômicas (GOMES, 1995).

Por sua vez, para Lencioni (1999, p. 23), “a noção de região, da forma mais genérica possível, contém a idéia de parte de um todo”. Para ela, não podemos igualmente esquecer que o conhecimento geográfico está presente em todas as civilizações, na medida em que

viver significa conhecer o espaço circundante e produzir interpretações a partir das mais simples experiências. (...) A curiosidade pelo mundo é intrínseca à natureza humana e à medida que a percepção do mundo se amplia e que as diferenças emergem, são elaborados recortes sobre esse mundo (LENCIONI, 1999, p.27).

Essa concepção nos permite identificar assim, um segundo sentido do uso da noção de região, aquele expresso pela linguagem cotidiana do senso comum. Para Gomes (1995, p.53) dois são os princípios que fundamentam esse uso: “o de localização e o de extensão de um certo fato ou fenômeno, ou ser ainda uma referência a limites mais ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial”.

Um terceiro sentido se refere àquele presente nas demais ciências que operam com esse conceito, e está intimamente vinculado à própria etimologia da noção de região, na medida em que ela é identificada, segundo Gomes (1995), com a localização de uma área submetida a um determinado domínio, ou de uma área definida pela regularidade de elementos e propriedades que a definem.

Um quarto e último sentido do uso dessa noção se refere ao realizado pela Geografia. Para Brunet et al (1993, p.421), a palavra região é tradicionalmente reservada pelos geógrafos para designar aquelas entidades espaciais de escala mediana, que garantem um certo equilíbrio, e onde o regional se refere a alguma parte entre o nacional e o local. Contudo, ele assevera que: “a palavra apresenta a particularidade de ter um conteúdo que varia segundo as épocas, os lugares, as estratégias e as dinâmicas espaciais”.

Cabe igualmente destacar que uma das razões que tornaram problemático o uso dessa noção na Geografia é de origem ontológica, na medida em que desde o surgimento da ciência geográfica perdura um debate em relação a existência mesma da região. Nessa discussão, para alguns geógrafos a região existe concretamente e é precedente ao olhar do pesquisador, enquanto que para outros sua existência é resultado de um recorte espacial da realidade realizado pelo pesquisador através de uma dada construção objetiva e metodológica.

Além disso, segundo Gomes (1995), na tentativa de torná-la um conceito científico, acabamos herdando a imprecisão, a indefinição e a intensidade do seu uso na linguagem comum, bem como, a diversidade de significados resultante do debate epistemológico existente na construção da ciência geográfica.

Nesse contexto, os geógrafos, alternativamente, buscaram superar essa ambigüidade e vazio conceitual, através da adjetivação da noção de região, buscando assim, segundo Roncayolo (1986), “qualificar o grupo de fenômenos que traduzem a unidade territorial”. A partir dessa prática surgiram inúmeros “conceitos” de região: região natural, região geográfica, região homogênea, região funcional, região administrativa, região histórica, região econômica, região urbana, região enquanto espaço vivido.

Na verdade, cada uma dessas denominações se vincula direta ou indiretamente a uma determinada orientação epistemológica presente na construção do pensamento geográfico, que por sua vez engendram referenciais teórico-metodológicos específicos que expressam um particular significado conceitual e um dado sentido operacional e funcional à análise geográfica regional da realidade.

Essa construção histórica do conceito de região, embora não tenha conseguido pôr fim à ambigüidade própria ao termo (na verdade aumentou-a) acabou por representar um avanço importante para o desenvolvimento da ciência geográfica. Isso porque essa busca de novas definições conceituais permitiu à Geografia, nesse período, acompanhar o movimento do real, aproximando-se deste, ao invés de, em nome de um primado dos conceitos, buscar aprisioná-lo a um conceito cristalizado e precedente, e dessa forma levar ao condicionamento prévio da análise da realidade.

Nesse aspecto, concordamos com Breitbart (1988) de que a construção de um conceito de forma a acompanhar esse movimento do real, com suas múltiplas determinações é uma tarefa complexa e não definitiva, que requer um permanente esforço de pesquisa, isso porque desvendar a essência expressa no fenômeno é tarefa permanente da ciência.

Assim, muito embora possamos reconhecer a polissemia e a ambigüidade próprias à noção de região, também podemos identificar, de acordo com Gomes (1995) alguns elementos fundamentais associados a essa noção, que devem necessariamente ser considerados no processo de construção desse conceito: inicialmente, o fato da região ser sempre uma reflexão política de base territorial; em seguida o fato de ela pôr em jogo um conjunto de interesses identificados com determinadas áreas; e por fim, o de colocar sempre em discussão os limites da autonomia em relação a um poder central.

Além disso, como afirma Gomes (1995, p.49), nesse processo de construção do conceito de região devemos também reconhecer a variedade do emprego da noção de região no âmbito científico, particularmente na Geografia, no sentido de aceitarmos o seu uso e a inclusão de outros meios de como ela opera a análise da realidade, concebendo “nesta multiplicidade a riqueza e o objeto propriamente de uma investigação científica.”

#### A REGIÃO E O DEBATE EPISTEMOLÓGICO NA GEOGRAFIA

Nessa última etapa analisamos os reflexos produzidos pelo debate epistemológico em relação à produção do conhecimento sobre o desenvolvimento da ciência geográfica, em particular sobre o conceito de região. Entendemos, como Roncayolo (1986) que a busca de superação dessa ambigüidade, passa necessariamente pelo conhecimento das bases epistemológicas existentes no processo de sua formação conceitual.

Para tanto, interessa-nos aqui, sobretudo, identificar nesse debate os principais pontos de tensionamento e de renovação epistemológica, ou como nos sugere Serres (1996), as principais bifurcações edificadas na história da ciência geográfica, e os seus efeitos em relação ao conceito de região.

Essa idéia de bifurcação, como nos aponta Brunet et al (1993, p.67), remete ao “ponto de um caminho onde se apresentam duas direções, exigindo uma escolha. (...) Por conseguinte, mudança de direção, momento de crise onde se escolheria, voluntariamente ou não, uma direção”.

Nesse sentido, entendemos como Serres (1996, p.11) que “nenhuma ciência permanece única, reconhecível e coerente, mesmo a médio prazo, ao longo de uma duração em que ela própria se bifurca e flutua”. Ou seja, a história das ciências, e assim também acontece com a Geografia, não se faz de maneira mecânica através de uma seqüência linear de aquisições contínuas e crescentes onde predomina a idéia excludente de precedência e conseqüência. Para Serres (1986, p.13), “enquanto as ciências se intensificam (...), enquanto mudam sem cessar e flutuam, produzindo tempos diferentes, muitas vezes imprevisíveis no seu avanço, o que permanece relativamente invariável na sua história fulgurante e perturbada são os lugares da convergência e de bifurcação onde se colocam os problemas e se tomam ou não as decisões.”

É necessário registrar que esse debate epistemológico na verdade transcende a Geografia e se origina, se estrutura e se desenvolve a partir do que Gomes (1996, p.26) identifica como sendo “os dois pólos epistemológicos da modernidade”.

Ou seja, a modernidade constrói sua identidade a partir de duas grandes orientações científicas. De um lado, o racionalismo de origem iluminista enquanto território da razão, das instituições, do saber metódico e da busca da normatização da ciência. De outro lado, as diversas “contracorrentes” que se opõem ao poder exclusivo da razão no processo de conhecimento, aos modelos e aos métodos da ciência institucionalizada e ao espírito

científico universalizante, defendem a valorização do que é particular, a ênfase na compreensão do conteúdo dos fenômenos.

Nesse sentido, no debate epistemológico da Geografia, cada momento de transformação ou mudança na orientação teórica-metodológica, cada bifurcação, necessariamente se reporta ao embate entre esses dois pólos epistemológicos fundantes da ciência moderna.

Nesse aspecto, focaremos nossa atenção naquelas, que para nós, são as principais bifurcações existentes na construção da Geografia enquanto ciência, e que de maneira efetiva incidem no processo de formação do conceito de região.

A partir das contribuições de Roncayolo (1986), Lencioni (1999) e Gomes (1996), podemos identificar uma primeira bifurcação na dicotomia existente, no início do século XIX, em relação a qual abordagem da realidade seria específica da Geografia: se aquela que procurava explicar os aspectos da natureza da superfície terrestre a partir da busca de relações causais e de emissão de leis gerais, ou a que se preocupava em compreender os aspectos da vida social e cultural das populações, através de análises particulares. Essa dicotomia acabou servindo também para alimentar a hipótese e a idéia de separação entre Geografia da Natureza e Geografia do Homem, isto é, entre Geografia Física e Geografia Humana.

Na base dessa dualidade encontramos a influência do debate desenvolvido nos sécs. XVIII e XIX, envolvendo tanto pensadores racionalistas como humanistas. Esse debate da ciência moderna levantou questões pertinentes e inovadoras sobre o tema da relação homem-natureza, como por exemplo, a questão da conexão dos fenômenos naturais na superfície terrestre e a da influência da natureza sobre a cultura. Questões essas, que acabariam se tornando, mais tarde, fundamentais para a delimitação do objeto da geografia.

Assim, para o racionalismo prepondera o estabelecimento de uma noção de natureza constituída de fenômenos imbricados em uma cadeia de ligações necessárias, e onde o ser humano, enquanto elemento desta cadeia, submete-se aos fenômenos naturais. Nesse aspecto, Gomes (1996, p.79-80), destaca:

Ainda que ele disponha na razão de um instrumento de reflexão e de compreensão do mundo, ele é como os outros fenômenos da natureza, causa e efeito desta totalidade determinante. (...) A sociedade está ligada de maneira necessária à natureza e o desafio é procurar elucidar as leis que regem esta relação.

Por sua vez, a vertente humanista, principalmente através das contribuições oriundas do romantismo, entende que a natureza não representa mais um conjunto de elementos invariáveis em todos os lugares, mas que estão sujeitos à influência dos costumes, das tradições culturais e das circunstâncias históricas. Assim ela se reproduz em formas variadas e integradas (GOMES, 1996).

Para Lencioni (1999), a existência dessas concepções distintas, do ponto de vista

teórico e metodológico, encurralava a Geografia, na medida em que, ao reforçar a tendência de separação entre ciência da natureza e ciência do homem, comprometia o sentido próprio da ciência geográfica, expresso na unidade dos aspectos físicos e humanos da realidade.

Diante dessa primeira bifurcação existente na Geografia, o caminho escolhido e referendado pelo conjunto dos pares passou a ser o estudo regional. Assim, segundo Lencioni (1999, p.100), a região, ao tornar-se o objeto essencial da Geografia, possibilitou combinar essas duas perspectivas de análise e garantir a manutenção de sua unidade científica. Para ela:

A relação entre os fenômenos físicos e humanos de uma dada área aparecia como solução para o impasse teórico-metodológico. (...) a região, nessa perspectiva, possui uma realidade objetiva e cabe ao pesquisador distinguir as homogeneidades existentes na superfície terrestre e reconhecer as individualidades regionais.

Essa opção pela região como objeto central de estudo da Geografia, por sua vez, coloca-a no centro de um novo debate sobre as determinações e as influências do meio natural sobre a população. Debate esse que encetará o surgimento de dois conceitos distintos de região — o de região natural — onde o meio natural explica as diferenças sociais e o conjunto da diversidade espacial; e o de região geográfica — unidade que sintetiza a ação transformadora do ambiente pelo trabalho, pelo nível cultural e civilizatório de uma dada sociedade.

Nesse aspecto, de acordo com Gomes (1995), cada uma dessas noções de região informam um peso diferenciado em relação às condições naturais enquanto modelo explicativo de interpretação da diversidade da organização social. Muito embora, de acordo com Mercier (1995), transpareça em ambos os conceitos a mesma visão compartilhada por seus respectivos proponentes, Friedrich Ratzel e Vida de la Blache, de que o ser humano e a natureza são os elementos constituintes de uma dada unidade espacial. Para ambos, a influência das condições ambientais sobre o estabelecimento humano é mediatizada pela ação humana. Enquanto Ratzel desenvolve suas teses através das contribuições do racionalismo, por meio do evolucionismo e do determinismo positivista, La Blache o faz valorizando tanto o positivismo científico de orientação racionalista, como também as contribuições do historicismo e da Filosofia da Natureza, presentes no Romantismo (GOMES, 1995 e RONCAYOLO, 1986).

Uma segunda e última bifurcação é produzida no seio de um novo debate vivenciado pela Geografia, a partir de 1945, em virtude tanto do desgaste teórico-metodológico da abordagem de cunho positivista, presente nas monografias regionais, como também no âmbito mais geral da ciência, pelo questionamento dos grandes sistemas de síntese e pela retomada da objetividade científica através da afirmação de um novo racionalismo.

Nesse contexto, segundo Gomes (1996) e Lencioni (1999), a Geografia como ciência se vê novamente diante de um impasse teórico: deveria ser uma ciência Geral e

nomotética ou Regional e idiográfica?

Essa dualidade representa, de acordo com Gomes (1995), o fechamento do período clássico da Geografia e reflete um intenso debate quanto ao sentido, aos critérios e a natureza do conceito de região, bem como quanto à propriedade da Geografia possuir um método particular e uma natureza distinta em relação às outras ciências.

Na verdade, a origem dessa dualidade remonta à Antiguidade clássica quando já era possível identificar dois modelos de explicação do mundo: o matemático-cartográfico de Ptolomeu, que através das cosmografias buscava explicar a terra no que ela tinha de geral; e o histórico-descritivo de Estrabão, que desenvolvia a descrição regional das civilizações então conhecidas. Esses dois modelos foram também inspiradores da continuidade desse debate durante a Renascença (LENCIONI, 1999).

Segundo Gomes (1996, p. 135), esse dualismo de modelos também pode ser encontrado, mais tarde, no século XVIII quando: “o primeiro, constituído pelas cosmografias e próximo das matemáticas, privilegiava uma conduta geral e científica, o segundo, ligado às corografias e largamente inspirado no humanismo, valorizava as descrições regionais, dando ênfase à História”.

Pode-se ainda afirmar de acordo com Gomes (1996) que, quando da fundação da Geografia como ciência moderna, a Geografia geral tinha suas raízes nas contribuições da física newtoniana e das ciências naturais, portanto caracterizada pelo empirismo racionalista. Já quanto à Geografia regional, suas matrizes não são tão nítidas, uma vez que é tributária tanto da Filosofia da Natureza, da concepção herderiana como da concepção romântica de Karl Ritter.

Do ponto de vista da ciência em geral as razões desse debate envolvem a busca da validade do discurso científico. Nesse aspecto, essa legitimidade pode ser apreendida através de dois procedimentos: Em um primeiro, de raiz racionalista e definido como nomotético, o conhecimento é obtido, por meio do raciocínio, a partir de observações sobre acontecimentos regulares, que levam a generalizações, abstraído-se todo o contexto particular. Em um segundo, de influência romântica e nomeado de idiográfico, a aquisição do conhecimento se dá através de estudos de casos específicos, únicos e não-redutíveis, apreendidos em todas as suas especificidades (GOMES, 1996 e LENCIONI, 1999).

No âmbito da Geografia, em um primeiro momento desse debate, Alfred Hettner e Richard Hartshorne se preocupam em afirmar que a Geografia apresenta características de ambos procedimentos, e assinalam também que, o que de fato garantia individualidade à Geografia, enquanto ciência, era o estudo da diferenciação de áreas através de um método regional. Essa afirmação do caráter corológico da Geografia revelava assim a sua essência a partir do estudo regional.

Entretanto, no movimento corrente da pesquisa geográfica e do desenvolvimento do pensamento geográfico, o posicionamento diante dessa bifurcação tem sido claramente dúbio. Ora engendrando, na perspectiva sistemática, a opção pelo caminho do modelo

analítico, tendo como objetivo a produção de leis gerais e medidas objetivas na observação dos fatos estudados, ora seguindo, na perspectiva do singular, a direção do modelo sintético, onde a identidade dos fenômenos, dada a sua complexa rede de interações, deve ser tomada de forma global (GOMES, 1995).

Nesse sentido, a primeira via tem representado a intenção em estabelecer-se uma determinada explicação geral, onde a legitimidade estaria associada a uma postura objetiva do pesquisador em trabalhar com um corpo conceitual abstrato e generalizante a partir de uma dada base sistemática (Gomes, 1995). Nessa perspectiva, a região resultaria dos recortes espaciais originados de exercícios intelectuais, não existindo em si mesma. Ela passa a ser classe de área, resultado de uma dada classificação geral que através da seleção de determinados critérios ou variáveis, divide o espaço geográfico com o objetivo de empreender uma certa explicação.

Esse caminho, todavia, não é traçado de maneira uniforme. A objetividade metodológica proposta pelo neopositivismo e a crítica teórico-metodológica advinda do materialismo histórico tem sido responsável por orientar diferentes sentidos a essa abordagem geográfica de região. Fato que podemos verificar no desenvolvimento da Geografia Quantitativa, ou da Geografia Crítica ou Radical.

Já no segundo caminho, a pesquisa geográfica se faz através do uso de categorias sintéticas engendradas a partir da observação e descrição detalhadas da concretude de determinados fenômenos presentes na realidade. Através da aproximação do pesquisador com a realidade, a preocupação aqui é a compreensão dos fenômenos.

Nessa direção, sob a influência da fenomenologia, a região é concebida como uma realidade auto-evidente, como espaço vivido, onde os limites são dados pelo sentimento de identidade e de pertencimento que as pessoas têm em relação a determinados espaços, valorizando também a subjetividade dessa relação. Essa tem sido a orientação seguida pela chamada Geografia Humanista.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que os posicionamentos adotados no âmbito da Geografia em relação a essas bifurcações, ou seja, em relação a esses debates epistemológicos são resultado da influência do tensionamento e da dualidade existentes no âmbito mais geral da história moderna das ciências, através da polarização existente entre racionalismo e romantismo.

Por sua vez, também o modo como esses caminhos foram sendo trilhados, à luz de diferentes aportes teórico-metodológicos nos identifica e sinaliza as razões originais da reconhecida ambigüidade pela qual se reveste a noção de região, bem como as dificuldades existentes na formação e na afirmação desse conceito.

Todavia, diante dos processos contemporâneos e concomitantes de globalização e fragmentação reafirma-se a importância do conceito de região na análise geográfica.

Contudo, a eficácia interpretativa e a eficiência comunicativa desse conceito implicam a necessidade de sua reconstrução, tendo presente o atual contexto de grande complexidade e mutabilidade. Complexidade na definição dos recortes regionais, dada a diversidade de agentes sociais que por sua vez atuam em múltiplas escalas, e uma intensa mutabilidade que acaba por rapidamente alterar a coesão e o conteúdo regional. Nesse sentido, essa renovação conceitual de região deve então ser empreendida e apreendida não apenas como resultado da construção intelectual, mas também como produto da construção social.

#### REFERÊNCIAS

- ABAGNANO, N. Conceito. In: *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Ed. Mestre Jôu. p.151-156, 1982.
- BREITBACH, A. C. M. *Estudo sobre o conceito de região*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1988.
- BRUNET, R.; FERRAS, R. THÉRY, H. *Les mots de la géographie*. Dictionnaire critique. Montpellier-Paris: Reclus-La Documentation Française, 1993.
- GOMES, P. C. C. da. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO. I. E. de; GOMES, P. C. C. da e CORRÊA, R. L. (org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, Coleção: Os Pensadores, 1983.
- LEFÈBVRE, H. *Lógica formal / lógica dialética*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.
- LENCIONI, S. *Região e geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- MERCIER, G. La région et l'État selon Friedrich Ratzel et Paul Vidal de la Blache. In: *Annales de Géographie*. Paris: Armand Colin, n. 583, p. 211-235, 1995.
- PAULET, J-P. *Les régions à l'heure de la mondialisation*. Paris: Armand Colin, 1998.
- PLATÃO. *Diálogos: Teeteto - Crátilo*. Belém: UFPA, vol. IX, 1973.
- RONCAYOLO, M. Região. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 8, p.161-189, 1986.

SERRES, Michel (org). *Elementos para uma história das ciências*. Lisboa: Ed. Terramar, Vol. 1, 1996.

Recebido para publicação em 23/04/03

Aceito para publicação em 02/06/03